

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Primo Menegalli Junior, Diretor Administrativo, e Marcos Vitorino Trevisol Coelho na qualidade de contador responsável pela contabilidade da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, vem pela presente Apresentar as demonstrações financeiras referente ao 1º semestre de 2017, divulgadas no site <http://consorciomenegalli.com.br/politica>, cumprindo desta forma determinação dos incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

Demonstrações Financeiras:

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstração de Resultado;*
- *Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;*
- *Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;*
- *Demonstração dos Fluxos de Caixa.*

Diretor Administrativo
 Contador CRC: SC-013663/O-8

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

Primo Menegalli Junior, na qualidade de administrador, da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, através da presente DECLARA que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 do Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Primo Menegalli Junior

BALANÇO PATRIMONIAL em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30.06.2017	31.12.2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2017	31.12.2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	3.588.614	3.534.442	CIRCULANTE			
Impostos a Recuperar	05	54.311	169.385	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	10	165.165	309.375
Pagamentos a Ressarcir	06	1.676.602	1.876.019	Provisões para Pagamentos a Efetuar	11	3.553.585	3.757.348
Outros Créditos		1.003.642	138.932	Total do Passivo Circulante		3.718.750	4.066.723
Despesas do Exercício Seguinte		4.220	2.624				
Total do Ativo Circulante		6.327.389	5.721.402	NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		2.949.812	2.498.116	Recursos a Receber de Cobrança Judicial	12	2.949.812	2.628.127
Valores a Receber - Cobrança Judicial	07	2.949.812	2.498.116	Obrigações Tributárias Diferidas		0	15.926
Investimentos	08	5.900	5.900	Total do Passivo Não-Circulante		2.949.812	2.644.053
Imobilizado	09	165.827	1.076.326				
Total do Ativo Não Circulante		3.121.539	3.580.342	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		9.448.928	9.301.744	Capital Social	14	1.969.000	1.969.000
				Reservas de Capital		6.645	6.645
				Reserva de Reavaliação	13	33.501	43.706
				Lucros (Prejuízos) Acumulados		771.220	571.617
				Total do Patrimônio Líquido		2.780.366	2.590.968
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.448.928	9.301.744

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 30 de junho de 2016	1.969.000	6.645	11.586	197.231	2.184.462
Realização da reserva de Reavaliação			32.120	26.878	58.998
Resultado do Semestre				347.508	347.508
Em 31 de dezembro de 2016	1.969.000	6.645	43.706	571.617	2.590.968
Realização dos Impostos Diferidos por venda			5.721		5.721
Realização da reserva de Reavaliação por venda			(15.926)		(15.926)
Aumento de Capital					
Resultado do Semestre				199.603	199.603
Em 30 de junho de 2017	1.969.000	6.645	33.501	771.220	2.780.366

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

	<u>1º Semestre</u>	<u>2º Semestre</u>
	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Receita Operacional Bruta	2.615.265	2.787.645
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	(316.285)	(339.022)
Receita Operacional Líquida	2.298.980	2.448.623
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(2.110.149)</u>	<u>(2.158.880)</u>
Despesas Administrativas	(1.605.503)	(1.642.379)
Despesas Comerciais	(504.625)	(586.474)
Despesas Financeiras	(135.311)	(106.608)
Receitas Financeiras	169.554	200.273
Despesas Tributárias	(34.264)	(23.692)
Lucro Operacional	188.831	289.743
Outras Receitas	57.367	98.024
Lucro antes da Provisão dos Impostos	246.198	387.767
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	(40.259)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	199.603	347.508
Lucro Líquido por quota	0,10	0,18

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

	<u>1º Semestre</u> <u>2.017</u>	<u>2º Semestre</u> <u>2.016</u>		<u>1º Semestre</u> <u>2.017</u>	<u>2º Semestre</u> <u>2.016</u>
Disponibilidades no Início	11.588.507	11.566.135	(-) Recursos Utilizados	(17.072.260)	(17.629.582)
Disponibilidades	173.529	30.818	Aquisição de Bens	(13.706.919)	(14.251.420)
Aplicações Financeiras do Grupo	582.084	1.031.531	Taxa de Administração	(2.415.825)	(2.602.912)
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplação	10.832.894	10.503.786	Multas e Juros Moratórios	(40.360)	(42.712)
			Prêmios de Seguros Pagos	(149.020)	(143.412)
(+) Recursos Coletados	16.503.891	17.651.954	Devolução de Consorciados Desligados	(323.006)	(355.286)
Contribuições para Aquisição de Bens	13.325.392	14.054.008	Outros	(437.130)	(233.840)
Taxa de Administração	2.414.234	2.612.084			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	474.380	580.371	Disponibilidades no Final do Período	11.020.138	11.588.507
Multas e Juros Moratórios	80.885	85.433	Disponibilidades	109.148	173.529
Reembolso de Despesas de Registro			Aplicações Financeiras do Grupo	624.955	582.084
Outros	58.710	178.727	Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplação	10.286.035	10.832.894

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	PASSIVO	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	109.148	173.529	Obrigações com Consorciados	19.795.870	18.890.609
Aplicações Financeiras	10.910.990	11.414.978	Valores a Repassar	1.168.065	1.148.731
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Normais	29.016.562	27.899.049	Obrigações por Contemplações a Entregar	10.286.035	10.832.894
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Atraso	982.115	873.092	Obrigações com Administradora	25.110	167.770
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Cobr. Judicial	1.008.589	1.330.796	Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	3.596	4.553
			Recursos a Devolver a Consorciados Desligados	9.077.175	8.919.792
Total do Ativo Circulante	42.027.404	41.691.444	Recursos do Grupo	1.671.553	1.727.095
			Total do Passivo Circulante	42.027.404	41.691.444
COMPENSAÇÃO			COMPENSAÇÃO		
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	1.626.929	1.659.221	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	1.626.929	1.659.221
Contribuições Devidas ao Grupo	79.280.682	83.135.170	Obrigações do Grupo por Contribuições	79.280.682	83.135.170
Consorciados - Bens a Contemplar	68.071.015	71.924.169	Bens ou Serviços a Contemplar	68.071.015	71.924.169
Total Compensação	148.978.626	156.718.560			
TOTAL DO ATIVO	191.006.030	198.410.004	Total Compensação	148.978.626	156.718.560
			TOTAL DO PASSIVO	191.006.030	198.410.004

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 30/06/2017 (Em milhares de reais)

	<u>1º Semestre</u> <u>2017</u>	<u>2º Semestre</u> <u>2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) Resultado Líquido Ajustado	210.445	447.866
Lucro Líquido do Período/Exercício	199.603	347.508
Depreciação	21.047	41.360
Realização Reserva Reavaliação	(10.205)	58.998
Ajuste de exercícios anteriores		-
b) (Acréscimo) Decréscimo do Ativo	(92.451)	(169.266)
Outros Créditos	46.350	21.880
Impostos a Recuperar	115.074	(49.058)
Pagamentos a Ressarcir	199.417	(38.906)
Despesas do Exercício Seguinte	(1.596)	576
Valores a Receber - Cobrança Judicial	(451.696)	(103.758)
c) Acréscimo (Decréscimo) do Passivo	(42.214)	411.911
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(144.210)	54.370
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(203.763)	312.782
Recursos a Receber de Cobrança Judicial	321.685	103.758
Obrigações Tributárias Diferidas	(15.926)	(58.999)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	75.780	690.511

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição de Ativos Imobilizados	(38.780)	(900.000)
Baixa de Ativo Imobilizado	17.172	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(21.608)	(900.000)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	54.172	(209.489)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.534.442	3.743.931
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.588.614	3.534.442

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A sociedade tem por objeto a formação e administração de grupos de consórcios em geral, obedecendo aos preceitos legais. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Instituição atua, e representam a sua posição patrimonial e financeira em 30 de junho de 2017, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2017, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como Comunicado BACEN nº 16.669/08.

De acordo com a Circular BACEN nº 2.804/98 (artigo 3º), as demonstrações contábeis e notas explicativas, para fins comparativos, estão sendo demonstradas na data base de 30.06.2017 e 31.12.2016.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Da Administradora

a) **Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento das contribuições mensais pelos consorciados.

As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

b) **Outros Ativos**

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

c) **Investimentos**

Os investimentos são avaliados pelo método de custo, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

d) **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar sobrevalorizado.

A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil- econômica dos bens.

e) **Passivos Circulante e Não Circulante**

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata dia".

3.2 Dos Grupos de Consórcio

a) **Disponibilidades**

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

- b) Direito junto a consorciados contemplados**
Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a carta-circular BACEN 3.147, de 29/9/2004, com efeitos a partir de 01/07/2005.
- c) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados**
Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2017.
- d) Contribuições devidas ao grupo**
Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.
- e) Obrigações com consorciados**
Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados ainda não contemplados. Conta incluída no COSIF a partir de 01/07/2005 pela carta-circular BACEN 3.147, de 29/9/2004.
- f) Obrigações do grupo por contribuições**
Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo. Conta com função alterada no COSIF a partir de 01/07/2005 pela carta-circular BACEN 3.147, de 29/9/2004.
- g) Bens ou serviços a contemplar**
Representam os valores de todos os bens a entregar em assembleias futuras, até o final do grupo. Conta com função alterada no COSIF a partir de 01/07/2005 pela carta-circular BACEN 3.147, de 29/9/2004.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	19.093	28.112
Bancos Conta Movimento	429.542	70.965
Aplicações Financeiras	3.139.979	3.435.365
Total	3.588.614	3.534.442

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Ativo	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Antecipação IRPJ	41.342	125.689
Antecipação CSLL	12.969	43.696
Total	54.311	169.385

Resultado do Exercício	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão IRPJ	31.085	112.537
Provisão CSLL	15.510	49.153
Total	46.595	161.690

NOTA 06 - PAGAMENTOS A RESSARCIR

Pagamentos a Ressarcir	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Grupos (a)	561.735	611.152
Dimasa Ltda (b)	700.000	850.000
Primo Menegalli (c)	414.867	414.867
Total	1.676.602	1.876.019

Os pagamentos a ressarcir referem-se às seguintes operações:

- (a) Valores referentes a empréstimos realizados pela Administradora aos grupos de consórcio encerrados. Destina-se a viabilizar a devolução dos valores a consorciados desistentes ou excluídos. O ressarcimento dos recursos à Administradora é efetuado por ocasião da recuperação dos valores via cobrança judicial.
- (b) Valor a receber da empresa ligada Dimasa Distribuidora de Máquinas Automotoras, Serviços e Autopeças e refere-se a venda parcial de um imóvel (terreno com área de 10.000 metros quadrados e edificação em alvenaria com dois pavimentos) ao preço ajustado de R\$1.000.000 (um milhão de reais) a receber em 20 parcelas de R\$ 50.000.
- (c) Valores referentes a cotas de consórcio pertencentes a prepostos ou pessoas ligadas a função de gestão na administradora. Sendo assim, as cotas foram quitadas, mas somente poderão ser contempladas no término dos grupos (em 2019 e 2023).

NOTA 07 - VALORES A RECEBER DE COBRANÇA JUDICIAL

Valores a Receber - Cobrança Judicial	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A Receber Grupos Encerrados	2.949.812	2.498.116
Total	2.949.812	2.498.116

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

Os outros investimentos se referem a incentivos fiscais de aplicação de parte do imposto de renda a pagar em fundos de investimento regionais (FINOR e FINAM).

Discriminação	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outros Investimentos	5.900	5.900
Totais	5.900	5.900

NOTA 09 - IMOBILIZADO

<u>Discriminação</u>	<u>Taxa Anual de</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor Residual</u>	
	<u>Depreciação</u>	<u>Corrigido</u>	<u>Acumulada</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Terrenos	-	60.000		60.000	60.000
Edificações	4%	231.179	(229.653)	1.526	905.277
Móveis e Equipamentos de uso	10%	289.010	(236.779)	52.231	16.299
Sistema de Comunicação	10%			0	35.000
Sistema de Processamento Dados	20%	216.118	(216.118)	0	60
Sistema de Transporte	20%	188.000	(135.930)	52.070	59.690
Total		984.307	(818.480)	165.827	1.076.326

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão IRPJ	31.085	112.537
Provisão CSLL	15.511	49.153
PIS	5.222	6.277
COFINS	24.054	28.913
ISS	21.066	24.413
Impostos e Contribuições s/ Salários	67.178	86.323
Outros	1.049	1.759
Total	165.165	309.375

NOTA 11 - PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Provisões para Pagamentos a Efetuar	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
-------------------------------------	-------------------	-------------------

Recursos Não Procurados	2.880.616	2.653.519
Salários e Ordenados a Pagar	66.833	63.592
Provisão de Férias	154.078	175.150
Provisão de Décimo Terceiro	67.525	
Credores Diversos	3.198	5.613
Imobilizado a pagar	0	270.000
Grupos Encerrados - Saldos a Ratear	381.335	589.474
Total	3.553.585	3.757.348

NOTA 12 - RECURSOS A RECEBER DE COBRANÇA JUDICIAL

Recursos a Receber de Cobrança Judicial	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recursos a Receber Grupos Encerrados	2.949.812	2.628.127
Bens Retomados após Encerramento		-
Total	2.949.812	2.628.127

NOTA 13 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 1.969.000 dividido em 1.969.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Sócios	Quotas	R\$	%
Primo Menegalli	1.949.313	1.949.313	99%
Primo Menegalli Junior	19.687	19.687	1%
Total	1.969.000	1.969.000	100%

NOTA 14 - POSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Grupos em Andamento	34	42
Número de Participantes		
Ativos	5.812	6.466
Excluídos	4.840	5.804
Bens Entregues	2.862	3.313
Bens Pendentes de Entrega	424	459
Taxa de Inadimplência		
Contemplados	15,62%	13,76%
Não Contemplados	8,22%	7,94%

NOTA 15 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa média de administração praticada no ano de 2016 para os grupos de consórcios foi de acordo com os seguintes percentuais:

Automóveis	13,46%
Motocicletas	15,41%
Imóveis	19,72%

16.1 Civil

A Instituição possui ações de devoluções de parcelas pagas, de quitação de dívida via seguro e danos morais impetradas por consorciados no valor de R\$ 62.214 em junho 2017. Todavia não foi constituída provisão para perdas sobre estas ações. Adicionalmente, possui R\$ 63.837 em junho 2017, classificados pelo assessor jurídico como probabilidade de perda possível.

16.2 Trabalhista

A Instituição possui ação trabalhista impetrada por ex-funcionário no valor de R\$ 36.000. O processo foi classificado pelo assessor jurídico como probabilidade de perda possível.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo comentado no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.** em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Empresa efetuou registro de imóvel residencial no valor de R\$ 900.000, adquirido para fins de investimento, no grupo de Outros Valores e Bens, no Ativo Circulante, não estando desta forma adequado à função da conta, conforme normatizado na Circular BACEN nº 1.273/87 e item 16.2 da NBC TG 1000 R1 (Propriedade para Investimento).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer com a mesma ressalva em 24 de março de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 06 de setembro de 2017.

Joinville (SC), 20 de março de 2020.
Alfredo Hirata - Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP
Martinelli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Local e Data Araranguá/SC 10/07/2020